MUNICÍPIO DE
PARAPUÃ

parapua.sp.gov.br

DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO

Quinta-feira, 12 de março de 2026 | Ano VI | Edição nº 776
Publicação Oficial do Município de Parapuã, conforme Lei Municipal 3.094, de 05 de novembro de 2021



Muncicípio de
Parapuã

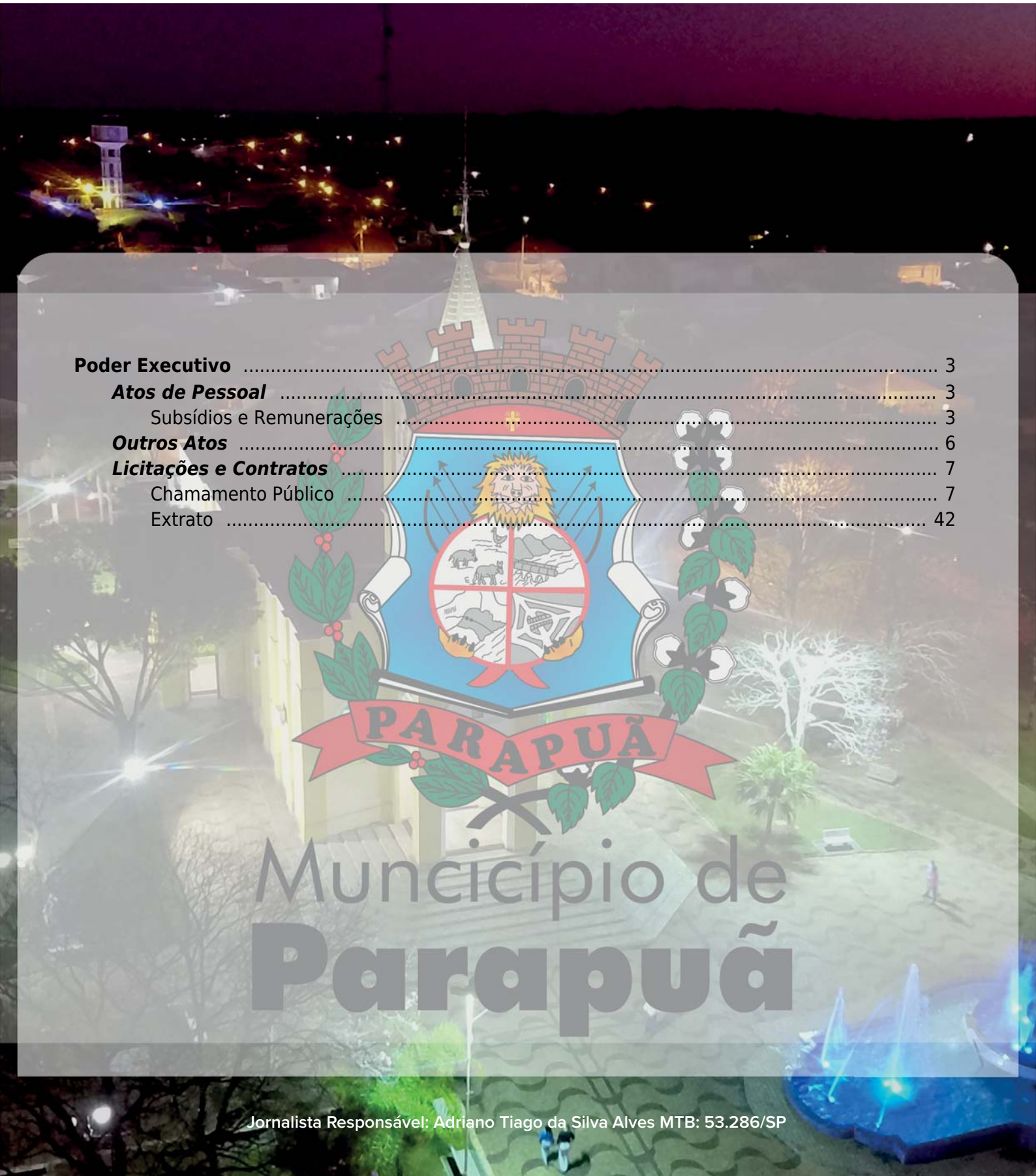
Jornalista Responsável: Adriano Tiago da Silva Alves MTB: 53.286/SP

MUNICÍPIO DE
PARAPUÃ

parapua.sp.gov.br

DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO

Quinta-feira, 12 de março de 2026 | Ano VI | Edição nº 776
Publicação Oficial do Município de Parapuã, conforme Lei Municipal 3.094, de 05 de novembro de 2021



Poder Executivo 3
Atos de Pessoal 3
Subsídios e Remunerações 3
Outros Atos 6
Licitações e Contratos 7
Chamamento Público 7
Extrato 42

Jornalista Responsável: Adriano Tiago da Silva Alves MTB: 53.286/SP

PODER EXECUTIVO

Atos de Pessoal

Subsídios e Remunerações

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

Relação de Cargos e Salários em 31/12/2025

*Valores em reais

DENOMINAÇÃO	SAL.BASE
ADVOGADO	3.286,30
AG. SERVIÇOS MUNICIPAIS	1.629,01
AGENTE ADMINISTRATIVO	3.446,30
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	3.116,42
AGENTE CONTROLADOR DE VETORES	3.116,42
AGENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	2.456,26
AGENTE DE SANEAMENTO	2.456,26
AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA	3.446,30
AGENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.588,61
AGENTE DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO	2.708,27
AGENTE DE SERVIÇOS ESCOLARES	1.629,01
AJ. LIMPEZA PÚBLICA	1.529,70
AJ. SERV. GERAIS	1.529,70
ALMOXARIFE	2.769,18
ASSESSOR JURÍDICO	5.166,47
ASSISTENTE DE COMPRAS	3.446,30
ASSISTENTE INFORMÁTICA	3.396,79
ASSISTENTE SOCIAL	3.873,44
AUX CONTABILIDADE	2.423,29
AUX. BIBLIOTECA	2.456,26
AUX. DE BIBLIOTECA ESCOLAR	2.456,26
AUX. DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - PSF	1.602,15
AUX. DE DESENVOLVIMENTO INFALTIL	1.765,19
AUX. MECÂNICO	1.702,02
AUX. SERV. ADMINISTRATIVOS	2.061,61
AUXILIAR DE ASSISTENTE SOCIAL	2.456,26
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	2.083,08
AUXILIAR DE ENFERMAGEM - PSF	2.083,08
AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	1.722,00
AUXILIAR PADEIRO	1.529,70
CHEFE DE GABINETE	5.006,72
CIRURGIÃO DENTISTA	2.825,15
CONSELHEIRO TUTELAR	2.083,08
CONTADOR	4.030,95
COORDENADOR DE SAÚDE	5.700,96
COORDENADOR PEDAGÓGICO	5.522,81
DENTISTA – PSF	4.416,56
DIRETOR DE CRECHE	5.700,96
DIRETOR DE DIVISÃO	4.691,37
DIRETOR DEPARTAMENTO NÍVEL I	6.769,94
DIRETOR DEPARTAMENTO NÍVEL II	5.700,96

DIRETOR ESCOLA MUNICIPAL – 25 horas	4.631,99
DIRETOR ESCOLA MUNICIPAL – 40 horas	5.700,96
EDUCADOR INFANTIL	4.810,15
ELETRICISTA	2.057,93
ELETRICISTA AUTOMÓVEL	2.057,93
ELETRICISTA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3.620,26
ENFERMEIRO	3.873,44
ENFERMEIRO - PSF	3.766,15
ENFERMEIRO ESPECIALIZADO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	3.873,44
ENGENHEIRO AGRONÔMO	3.873,44
ENGENHEIRO CIVIL MUNICIPAL	5.582,19
ENGENHEIRO DE MEIO AMBIENTE	3.873,44
ESCRITURÁRIO	2.423,29
ESCRITURÁRIO ESCOLA	2.423,29
FARMACÊUTICO	3.873,44
FISCAL	3.015,23
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	2.719,14
FISCAL DE TRIBUTOS	2.719,14
FISCAL MUNICIPAL	2.817,85
FISIOTERAPEUTA	2.825,15
FISIOTERAPEUTA - PSF	2.622,78
FONOAUDIÓLOGA	2.825,15
LANÇADOR	3.446,30
LAVADOR VEÍCULOS	2.057,93
MECÂNICO	2.719,14
MÉDICO	4.544,85
MÉDICO – PSF	17.999,26
MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL	2.819,05
MERENDEIRA	1.529,70
MESTRE DE OBRAS	4.031,79
MONITOR DE ESPORTES	1.529,70
MONITOR ESCOLAR	1.722,00
MOTORISTA	2.057,93
MOTORISTA AMBULÂNCIA	2.362,53
NUTRICIONISTA	5.161,35
OPERADOR DE MÁQUINAS	2.362,53
OPERADOR DE MICRO COMPUTADOR	2.716,73
ORIENTADOR SOCIAL	1.775,98
PADEIRO	1.851,99
PEDREIRO	2.057,93
PINTOR	2.057,93
PROF. EDUCAÇÃO ARTÍSTICA - PEB II	3.681,79
PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL	3.093,85
PROF. ENSINO FUNDAMENTAL – PEB I	3.681,79
PROF. SALA DE RECURSO – PEB II	3.278,58
PROFESSOR DE ATENDIMENTO ED. ESPECIALIZADO	3.681,79
PROFESSOR DE ED. FÍSICA – PEB II	3.681,79
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA – PEB II	3.681,79

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	4.810,15
PSICÓLOGO	5.271,39
PSICÓLOGO – 20 HORAS	2.619,38
PSICOPEDAGOGO	5.136,42
RECEPCIONISTA	1.948,80
REGENTE DE BANDA	2.036,43
SECRETÁRIO – PSF	1.796,70
SERVENTE	1.529,70
SERVENTE DE ESCOLA	1.529,70
SERVENTE DE PEDREIRO	1.529,70
SOLDADOR	2.719,14
SUPERVISOR DE COMPRAS	4.030,95
TÉC. EM ASSUN. EXTRA JUDICIAIS	2.825,15
TÉCNICO AGRÍCOLA	2.456,26
TELEFONISTA	2.057,93
TERAPEUTA OCUPACIONAL	2.619,38
TESOUREIRO	3.709,19
TRATORISTA	2.057,93
VIGIA	1.629,01
ZELADOR	1.629,01

SUBSÍDIOS

PREFEITO MUNICIPAL	19.600,00
VICE - PREFEITO MUNICIPAL	7.800,00

Parapuã/SP, 31 de dezembro de 2025.

Outros Atos

EMEF DA VILA SANTA HELENA
Rua Pará, nº 35 – Vila Santa Helena - Fone (18) 3582 – 3082 – CEP 17730-000
e-mail: emefvilasantahelena@parapua.sp.gov.br
PARAPUÃ – ESTADO DE SÃO PAULO

EMEF DA VILA SANTA HELENA

ATO DECISÓRIO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO

A Diretora da EMEF da Vila Santa Helena, com fundamento no Artigo 37, XVI, "a", da Constituição Federal – redação alterada pelo Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 19/98 e com base no artigo 64, Inciso I, do Decreto Estadual nº 17.329/81, combinado com o Artigo 8º, do Decreto Estadual nº 41.915/97, expede o seguinte Ato Decisório:

Ato Decisório nº 03/2026 – **ANA LÚCIA DE MELO NABHAN**, RG nº 22.018.373/SP, Professor de Educação Básica I (PEB I), titular de cargo do Quadro do Magistério da Prefeitura Municipal de Parapuã, lotada e com exercício na EMEF da Vila Santa Helena, em Parapuã, lotada e com exercício **ACUMULA** com o cargo de Professor de Educação Básica I (PEB I), na EMEI Francisca Dassi de Pieri em Osvaldo Cruz/SP.

DECISÃO: **Acumulação Legal** por atender às exigências contidas na Legislação Vigente.

Parapuã-SP., 11 de março de 2026.

Cristiane Dantas Pires Soato
R.G. 34.295.885-9/SP
Diretora de Escola

Licitações e Contratos

Chamamento Público

PREÂMBULO

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2026 – PROCESSO Nº 25/2026

EDITAL Nº 07/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS CULTURAIS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO Á CULTURA – PNAB – LEI Nº 14.399 DE 08 DE JULHO DE 2022.

A Prefeitura Municipal de Parapuã, por meio do Departamento Municipal de Educação e Cultura, faz saber ao público interessado, a abertura do chamamento público visando a seleção de projetos artísticos culturais, incentivando assim o desenvolvimento da arte e cultura local, a valorização do artista residente em Parapuã, bem como o acesso da população às ações desenvolvidas pelos projetos selecionados, observando os princípios constitucionais de isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade e publicidade. Este Chamamento é referendado pela Lei nº 14.399 de 08 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.740 de 18 de outubro de 2023, pelo Decreto nº 11.453 de 23 de março de 2023, que dispõe sobre os Mecanismos de Fomento do Sistema de Financiamento à Cultura, pela Instrução Normativa MINC nº 10, de 28 de dezembro de 2023, que estabelece as regras e os procedimentos para implementação das ações afirmativas e medidas de acessibilidade, e pela Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024, que estabelece o Marco Regulatório do Fomento à Cultura.

1. DO OBJETO:

O presente Chamamento Público é dedicado a selecionar até 18 (dezoito) projetos de agentes culturais/proponentes residentes no município de Parapuã para recebimento de apoio financeiro nas categorias descritas no item 03 deste chamamento.

2. DO RECURSO DISPONIBILIZADO:

O valor máximo de apoio aos projetos selecionados neste edital será de R$88.198,35 (Oitenta e oito mil, cento e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos).

3. DOS PROJETOS:

Os projetos poderão ser contemplados em quatro módulos, distribuídos nos seguintes segmentos:

MÓDULOS	QDE. DE PROJETOS	VALOR P/CADA PROJETO	COTA-PESSOAS NEGRAS OU PARDAS (25%)	COTA-PESSOAS INDÍGENAS (10%)	COTA-PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (5%)	AMPLA CONCORRÊNCIA
1- Fomento à realização de ações artísticas e culturais	05	R$ 4.000,00	01	01		03
2- Fomento à circulação de ações artísticas e culturais	04	R$ 6.375,00	01	01		02
3- Fomento à produção e circulação de ações artísticas culturais	02	R$ 10.000,00	01			01
4- Cursos e Oficinas	07	R$3.242,61	02	01		04

4. DAS DEFINIÇÕES:

- Projeto: Descrição do conjunto de ações necessárias à plena realização da proposta, constando minimamente o projeto artístico e a documentação, conforme item 09, subitem II deste chamamento;
- **Fomento Cultural** – Conjunto de ações e políticas de apoio que visam estimular, fortalecer e garantir o desenvolvimento, a diversidade e o acesso às manifestações artísticas e culturais;

- Agente cultural: agente atuante na arte ou na cultura, na qualidade de pessoa física, Microempresário individual, empresário individual, organização da sociedade civil, sociedade empresária, sociedade simples, sociedade unipessoal ou outro formato de constituição jurídica previsto na legislação;
- Proponente – Pessoa física ou jurídica não necessariamente atuante em arte e cultura que tenha interesse em apresentar projeto;
- Termo de Execução Cultural: Documento assinado por ambas as partes (prefeitura e

proponente) descrevendo e legitimando os termos acordados em referência à execução do projeto selecionado;

- Acessibilidade arquitetônica: Está relacionada aos recursos que permitam a locomoção com autonomia, de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, em qualquer espaço;
- Acessibilidade comunicacional: Transpõe obstáculos em todos os âmbitos da comunicação, considerada nas suas diferentes formas: falada, escrita, gestual, língua de sinais, digital, entre outras;
- Acessibilidade atitudinal: É um conjunto de práticas, atitudes e comportamentos que promovem a plena participação de pessoas com deficiência da vida em sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas;
- Arte e Cultura - A relação entre arte e cultura é dinâmica, complexa e multifacetada. Se, por um lado, a arte é influenciada pela cultura, por outro, também exerce influência sobre ela. No âmbito deste Chamamento, essa interconexão é fundamental para compreendermos a relevância da arte. Dessa forma, os projetos apresentados deverão ter caráter artístico em sua forma de expressão e cultural em seu conteúdo, manifestando-se em toda a sua potência criativa, tais como:
- Artes Cênicas: Artes Teatro, dança, circo e suas variações;
- Artes Visuais: Pintura, escultura, fotografia, grafite, arte digital, histórias em quadrinhos;
- Artesanato: Trabalhos manuais que expressam a culturas e tradições;
- Música: todos os gêneros e estilos musicais, desde o popular até a música erudita;
- Literatura: Poesia, romance, contos, ensaios, pesquisas e outras formas de expressão escrita;

- Patrimônio Cultural: Bens materiais e imateriais que representem a identidade e história de Parapuã ;
- Cultura Popular: Expressões artísticas transmitidas de geração em geração, como festas populares, rituais religiosos e manifestações folclóricas;
- Cultura Afro-Brasileira: Samba, maracatu, jongo, capoeira e outras expressões que refletem a influência africana na cultura brasileira;
- Cultura Urbana: Manifestações artísticas realizadas em espaços públicos, como grafite, arte de rua, performances e outras;
- Audiovisual: Cinema, vídeo, animação e outras formas de expressão que utilizam imagens e sons;
- Cultura Digital: Jogos eletrônicos, arte digital, realidade virtual e outras manifestações que utilizam tecnologias digitais;
- Mostra e/ou Festivais: Ações culturais de programação intensiva e concentrada no tempo, reunindo diversas atividades artísticas, formativas e de difusão que promovam intercâmbio cultural, acesso do público e fortalecimento de redes criativas. Podem ou não ter caráter competitivo e devem contribuir para a valorização da diversidade cultural, geração de renda e dinamização da economia criativa;
- Formação: cursos, oficinas, workshops, seminários, palestras, etc. técnicos ou artísticos, visando a promoção e desenvolvimento da arte e cultura.

Nota: Essas são apenas algumas categorias trazidas como exemplos, pois a diversidade cultural é vasta e complexa.

5. DAS APRESENTAÇÕES:

As datas e locais para a realização dos projetos contemplados, quando não especificados neste edital, serão decididos e acordados oportunamente entre a Prefeitura Municipal de Parapuã, por meio do Departamento Municipal de Educação e Cultura e o Agente cultural/proponente selecionado.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

6.1. Poderão participar deste Edital de Chamamento, agentes culturais/proponentes que atuem no Município de Parapuã.

Poderá ser:

I- Pessoa física, maior de 18 anos;
II- Microempreendedor Individual (MEI);
III- Pessoa jurídica com fins lucrativos (ME, LTDA, entre outras);
IV- Pessoa jurídica sem fins lucrativos (OS, Associações, federações, entre outras);
V- Coletivos e/ou grupos culturais sem CNPJ representado por Pessoa Física.

6.2. Tanto os agentes culturais/proponentes Pessoa Física quanto Pessoa Jurídica deverão comprovar a realização de atividades culturais e artísticas compatíveis com o objeto deste edital.
6.3. Não poderá se inscrever neste Edital, agentes culturais/proponentes que:
I- Tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II- Servidor público do Departamento Municipal de Educação e Cultura, e/ou órgão responsável pelo Edital de Chamamento Público.
III- Cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do Departamento Municipal de Educação e Cultura, e/ou órgão responsável pelo Chamamento Público.
IV- Chefes do Poder Executivo (Prefeito), Secretários, diretores, assessores e afins, membros do Poder Legislativo (Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes), Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
6.3.1. O agente cultural/proponente que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 6.3.
6.4. Cada agente cultural/proponente poderá concorrer neste edital com, no máximo, 02 projetos e poderá ser contemplado com, no máximo, 01 projeto.
6.5. Pessoas menores de 18 anos poderão constar em fichas técnicas de projetos inscritos, desde que autorizadas pelos responsáveis.
6.6. As sociedades cooperativas poderão inscrever projetos dos filiados desde que:
I- Atendam o artigo 1º, parágrafo 2º, do Decreto Estadual nº 55.938/2010, alterado pelo Decreto nº 57.159/2011.
II- Atendam o Artigo 107 da Lei Federal nº 5.764, de 14 de julho de 1971, que dispõe sobre o registro da Cooperativa perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras;

III- Os cooperados com projetos inscritos possuam a filiação de, no mínimo, 24 meses da data da inscrição.

7. DAS ETAPAS:

O presente chamamento compreenderá as seguintes etapas:

I- Inscrição**:** Recebimento dos projetos, conforme período estabelecido neste edital – mínimo de 30 dias corridos.

II- Classificação: Avaliação e seleção dos projetos, de caráter classificatório – 15 dias úteis.

III- Publicação da ata com o resultado provisório da avaliação e seleção **–** 1 dia útil.

IV- Prazo de Interposição de recursos, caso haja – 3 dias úteis.

V- Publicação da ata com o resultado final da avaliação e seleção, pela Comissão de Avaliação e Seleção de Projetos – 5 dias úteis.

VI- Habilitação: Análise da documentação exigida neste chamamento, de caráter eliminatório – 3 dias úteis.

VII- Publicação da ata provisória de análise documental **–** 1 dia útil.

VIII- Prazo para interposição de recursos e saneamento de falhas **–** 3 dias úteis.

IX- Publicação do resultado final **–** 1 dia útil.

8. DO PERÍODO DAS INSCRIÇÕES:

As inscrições são gratuitas e devem ser feitas pessoalmente, no período de 17 de março a 15 de abril de 2026, de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h, no Museu e Biblioteca Municipal – Avenida Pernambuco, nº 831.

9. DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO:

I- Ficha de Inscrição – Anexo I - Obrigatório

II- Projeto Artístico contendo: Nome do projeto, descrição do projeto, relevância do projeto, plano de trabalho, público alvo e autoclassificação etária, medidas de acessibilidade empregadas no projeto, sugestão de local onde o projeto poderá ser executado, ficha técnica, currículo resumido do proponente do projeto, planilha orçamentária e link para acessar vídeo (s) nas plataformas digitais e/ou link de redes sociais que permitam a avaliação do projeto pela comissão de seleção. Anexo II – Obrigatório.

III- Termo de compromisso da equipe quanto à participação no projeto e residência em Parapuã. (Considerar somente os integrantes que participarão ativamente na realização do projeto) - Anexo III – Obrigatório.

IV- Autorização de uso de imagem e voz – Anexo IV - Obrigatório

V- Declaração étnico-racial – Anexo V, se for o caso

VI- Declaração PCD – Anexo VI, se for o caso

VII- Formulário de interposição de recurso – Após a seleção – Anexo VII

VIII- Minuta do Termo de Execução Cultural – Após a seleção- Anexo VIII

IX- Relatório de Execução do Projeto- Após a execução- Anexo IX

10. DO PROCEDIMENTO PARA A INSCRIÇÃO:

10.1. O edital de chamamento público e os anexos estarão disponíveis no site: www.parapua.sp.gov.br

10.2. Passo a passo para o preenchimento e montagem da inscrição:

I- Passo 01- Acessar o site www.parapua.sp.gov.br, baixar e salvar os anexos constantes no item 9;

II- Passo 02- Preencher os anexos I ao IV, os quais são obrigatórios para a inscrição do seu projeto. Os anexos V e VI preencher somente se for o caso. Do anexo VII ao IX serão utilizados somente após a publicação dos resultados, se for o caso. Ter especial atenção ao anexo II, pois ele será o núcleo central da avaliação;

III- Passo 03- Após o preenchimento, imprimir em papel A4 legível. Recomenda-se **impressão somente frente**. Juntar todos os documentos na ordem que consta no item 09. Prender com *clips* ou grampear.

IV- Inserir todos os documentos em um envelope único e lacrar (fechamento com cola/adesivo ou fita).

V- Do lado de fora do envelope, escrever exatamente a descrição abaixo:

PNAB – POLÍTICA NACIONAL ALDIR BRANC - PROJETO ARTÍSTICO

Módulo nº:

Nome do Projeto:

Nome do agente cultural/proponente:

VI- Entregar o envelope lacrado no período e endereço conforme descrito no item 08.

11. DAS COTAS:

11.1. Em conformidade com o artigo 6º da Instrução Normativa MINC nº 10, de 28 de dezembro de 2023, fica assegurado neste edital:

- 25% das vagas contempladas para agente cultural/proponente pessoa negra (preta e parda).
- 10% das vagas contempladas para agente cultural/proponente pessoa indígena.
- 5% das vagas contempladas para agente cultural pessoa com deficiência.

1.1.1. Deverá ser obedecida as seguintes condições:

I- Pessoa Física: Poderá optar pelas cotas quando o agente cultural proponente do projeto for pessoa negra (preta ou parda), pessoa indígena ou pessoa com deficiência

II- Pessoa Jurídica: Poderá optar pelas cotas, quando, além do agente cultural responsável pelo projeto, o coletivo de artistas que participam efetivamente do projeto sejam, majoritariamente, pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas ou pessoas com deficiência

11.2. Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.

11.3. Optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência, não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante.

11.4. Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

11.5. No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para outra categoria de cotas.

11.6. Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 8, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo destinadas aos demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

11.7. Caso o agente cultural/proponente pretenda beneficiar-se das cotas, será necessário, além de assinalar a alternativa de autodeclaração na ficha de inscrição, preencher e enviar a declaração étnico racial, conforme anexos V, assumindo a responsabilidade civil e penal sobre tal declaração. Em caso de falsidade ideológica, ficará sujeito às sanções prescritas em lei e demais normas legais aplicáveis.

11.8. A autodeclaração do agente cultural/proponente goza de presunção de veracidade. No entanto, a Prefeitura Municipal de Parapuã, por meio do Departamento Municipal de Educação e Cultura, poderá adotar procedimentos complementares, tais como:

I- **Heteroidentificação**: confirmação, por terceiros, da autodeclaração de pertencimento racial (preto ou pardo), conforme características fenotípicas;

II- **Carta consubstanciada**: manifestação escrita, oral ou audiovisual sobre os motivos da autodeclaração como pessoa negra (preta ou parda) ou indígena;

Pessoa com Deficiência ou comprovante de Benefício de Prestação Continuada;

III- **Outras estratégias**: que assegurem a correta destinação das cotas a pessoas negras, indígenas ou com deficiência.

12. ACESSIBILIDADE:

12.1. Na realização deste chamamento estão asseguradas medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações de acessibilidade fundamentadas na Instrução Normativa MINC nº 10, de 28 de dezembro de 2023.

12.2 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos projetos, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

I- No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

II- No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo gerado pelo projeto;

III- No aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o

desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

13. DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E DE DESCENTRALIZAÇÃO TERRITORIAL:

13.1. Em conformidade com o artigo 9º, Inciso 1º, do Decreto de Regulamentação nº 11.740, que objetiva garantir a desconcentração territorial e regionalização, serão destinados no mínimo 20% do valor total do recurso para ações de incentivo direto a projetos que permitam o acesso à produção cultural e artística em regiões periféricas, urbanas e rurais, e em áreas de povos e comunidades tradicionais.

13.2. Receberão pontuação extra (0,5 pontos) na média final, não cumulativo, os projetos que desenvolverem as ações de contrapartida em bairros periféricos de Parapuã.

14. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E DO PROCESSO DE JULGAMENTO:

14.1. A Comissão de Avaliação e Seleção de projetos para este Chamamento Público formada por 03 (três) profissionais de notório saber, de diferentes segmentos artísticos, residentes fora do município de Parapuã.

14.2. Nenhum membro da Comissão de Avaliação e Seleção poderá participar, de forma alguma, de projeto inscrito, ou ter qualquer vínculo profissional ou empresarial com as propostas inscritas.

14.3. As comissões de seleção terão autonomia na análise documental e artística, cabendo a elas a decisão quanto à desclassificação de projetos que não atendam aos requisitos deste edital.

14.4. Caso não haja inscrições suficientes para suprir a quantidade de projetos a serem aprovados em cada módulo, a comissão de seleção tem autonomia para realizar remanejamentos de recursos entre os módulos descritos no item 3 deste chamamento público.

14.5. Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

14.6. A comissão julgará as propostas com base estritamente nos critérios definidos no item 16 deste edital.

14.7. O resultado provisório da etapa de seleção dos projetos culturais será divulgado no diário oficial do Município de Parapuã.

14.8. Contra a decisão da Comissão caberá recurso destinado à Comissão de Avaliação e Seleção dos Projetos, que deve ser apresentado por meio do Formulário de interposição de recurso, anexo VII e enviado através do e-mail cultura@parapua.sp.gov.br em até 03 dias úteis a contar da publicação do resultado provisório, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação no diário oficial do município.

14.9. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

14.10. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção artística será divulgado no diário oficial do município.

15. ETAPA DE HABILITAÇÃO:

15.1. O agente cultural/proponente selecionado deverá encaminhar à Prefeitura Municipal de Parapuã, em até 10 dias úteis após a publicação do resultado final de seleção os seguintes documentos:

Se o agente cultural/proponente for pessoa física:

I- Cópia simples do documento oficial de identidade (contendo o número do R.G. com foto e CPF) ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do representante legal;

II- Comprovantes de endereço do agente cultural/proponente do projeto que comprovem residência em Parapuã. Serão aceitos os seguintes comprovantes de endereço: contas de água, energia, telefone, extratos bancários, boletos, contrato de locação e/ou declaração emitida por um terceiro, que possua vínculo com o proponente, afirmando que o mesmo reside no endereço citado.

Obs: caso o comprovante apresentado não esteja em nome do proponente, faz-se necessária declaração do titular da conta, afirmando que o proponente é residente no endereço citado;

Se o agente cultural/proponente pessoa jurídica:

I- Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (cartão válido);

II- Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado. No caso de inscrição de Microempreendedor Individual – MEI, o Certificado da Condição de

Microempreendedor Individual. A Pessoa Jurídica deverá comprovar no seu constitutivo ter como objetivo atividades artísticas e/ou culturais;

III- Cópia simples do documento oficial de identidade (contendo o número do R.G. com foto e CPF) ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do representante legal;

IV- Comprovantes de endereço do agente cultural/proponente do projeto que comprovem residência em Parapuã. Serão aceitos os seguintes comprovantes de endereço: contas de água, energia, telefone, extratos bancários, boletos, contrato de locação e/ou declaração emitida por um terceiro, que possua vínculo com o proponente, afirmando que o mesmo reside no endereço citado.

Obs: caso o comprovante apresentado não esteja em nome do proponente, faz-se necessária declaração do titular da conta, afirmando que o proponente é residente no endereço citado;

V- Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

VI- Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

VII- Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal da sede ou do domicílio do agente cultural/proponente;

VIII- Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

IX- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa;

X- Comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte;

XI- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial na cidade sede do proponente.

15.2. A Prefeitura Municipal de Parapuã poderá solicitar aos agentes/proponentes selecionados outros documentos que julgar necessários a qualquer momento. Caso o proponente não atenda à solicitação documental, o mesmo será desclassificado.

15.3. Contra a decisão da fase de habilitação caberá recurso destinado à Prefeitura Municipal de Parapuã , que deve ser apresentado por meio do Formulário de interposição de recurso, anexo VII e enviado através do e-mail

cultura@parapua.sp.gov.br, em até 03 dias úteis a contar da publicação do resultado provisório, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação no diário oficial do município.

15.4. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

15.5. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no diário oficial do município. Após essa etapa, não caberá mais recurso.

16. DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE DO PROJETO:

16.1. A análise dos projetos se baseará exclusivamente nos seguintes critérios:

CRITÉRIOS	NOTA
16.1.1. Qualidade do Projeto – Coerência, objetivos, justificativa e metas A análise deverá considerar se o projeto apresenta coerência em sua estrutura geral, verificando a consistência entre os objetivos, a justificativa e as metas propostas. Será avaliada, ainda, a clareza na definição dos resultados esperados, de modo a possibilitar a compreensão objetiva e mensurável dos impactos a serem alcançados.	0 a 10
16.1.2. Relevância e Abrangência do Projeto para o Cenário Cultural do Município A análise deverá verificar se o projeto contribui de forma significativa para o fortalecimento, a valorização e o enriquecimento da cultura local, bem como sua capacidade de alcançar e impactar diferentes públicos e segmentos do município.	0 a 10
16.1.3. Aspectos da Acessibilidade A análise deverá considerar se o projeto contempla medidas que garantam os direitos das pessoas com deficiência, em conformidade com os requisitos legais de acessibilidade. Serão observadas, especialmente, ações voltadas à eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais, em consonância com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), conforme previsto no item 12 deste chamamento.	0 a 10
16.1.4. Compatibilidade da Ficha Técnica com as Atividades	

Desenvolvidas A análise deverá considerar a adequação do currículo do proponente e dos profissionais envolvidos (artistas e técnicos) em relação às atividades propostas, levando em conta sua formação, experiência e documentação comprobatória. A comprovação curricular poderá ser apresentada por meio de certificados de cursos de formação e aperfeiçoamento, registros fotográficos, materiais de divulgação, matérias em veículos de comunicação, publicações em redes sociais, entre outros documentos que evidenciem a atuação profissional.	0 a 10
16.1.5. Aspectos de Integração Comunitária na Ação Proposta pelo Projeto A análise deverá considerar se o projeto promove a integração comunitária, avaliando seu potencial de impacto social, especialmente no que se refere à inclusão de pessoas idosas e de outros grupos historicamente em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social.	0 a 10
Total: 50 pontos	

16.2. Serão desclassificados os projetos que apresentarem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação. Serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

16.3. O cômputo das notas se dará por média aritmética simples das notas atribuídas por cada integrante da Comissão responsável pelo julgamento da proposta. A nota de cada integrante da Comissão se realizará por média aritmética simples das notas atribuídas a cada quesito descrito no item 16 deste chamamento público.

16.4. Em caso de empate, prevalecerá o projeto que obtiver a maior média na pontuação no item 16.1.1. e, mantido o empate, a maior pontuação no item 16.1.3. Ainda assim, mantendo-se o empate, vencerá o projeto do agente cultural/proponente com maior idade.

17. DOS SUPLENTES:

Os projetos selecionados como suplentes serão classificados em ordem de pontuação pela Comissão de Seleção e serão contratados quando houver qualquer impedimento ou não cumprimento dos prazos por parte dos selecionados.

18. DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL:

18.1. Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo VIII deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

18.2. O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural/proponente selecionado neste Edital e pela Prefeitura Municipal de Parapuã, contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

19. DO RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS:

19.1. Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural/proponente receberá os recursos em parcela única em até 10 dias úteis a contar da assinatura do termo.

19.2. Para o recebimento do recurso, o agente cultural/proponente Pessoa Física deverá possuir conta bancária, corrente ou poupança vinculada ao CPF e no caso de Pessoa Jurídica, vinculada ao CNPJ da empresa.

19.3. Sobre o valor total repassado pelo Município de Parapuã ao agente cultural/proponente não incidirá imposto de renda, imposto sobre serviços (ISS) e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

19.4. A execução do projeto pelo agente cultural/proponente, no âmbito deste edital, não configura prestação de serviços à administração pública, não sendo cabível a retenção de impostos aplicáveis exclusivamente a contratações de serviços.

20. DA EXECUÇÃO DO PROJETO:

O projeto selecionado neste edital deverá ser realizado em sua totalidade em até 12 meses a contar da data de recebimento do recurso, sem possibilidade de prorrogação.

21. DA RESPONSABILIDADE DO PROPONENTE:

21.1. Viabilizar todo o material e equipamento técnico, bem como a infraestrutura para a montagem e realização do projeto selecionado.

21.2. Inserir as marcas oficiais do Governo Federal e da Prefeitura Municipal em todos os materiais e ações de divulgação do projeto.

21.3. Apresentar todo o material de divulgação para a aprovação prévia da Prefeitura Municipal de Parapuã, por meio do Departamento Municipal de Educação e Cultura,

22. DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO:

22.1. Transferir os recursos financeiros para o Agente Cultural/proponente selecionado conforme item 03 deste chamamento.

22.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto selecionado e o cumprimento das obrigações assumidas pelo Agente Cultural/proponente selecionado, conforme termo de execução cultural.

22.3. Aplicar as sanções legais conforme estabelecido no Termo de Execução Cultural.

23. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

23.1. O Proponente deverá apresentar Relatório de execução do projeto, conforme anexo IX em até 30 (trinta) dias após a execução do projeto.

23.2. Será considerado inadimplente o agente cultural/proponente que não cumprir as regras estabelecidas no Termo de Execução Cultural.

23.3. O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:

I- Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou

II- Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

24. DOS ESCLARECIMENTOS FINAIS:

24.1. Todas as propostas são de responsabilidade exclusiva dos agentes culturais/proponentes que assumem toda e qualquer responsabilidade civil ou criminal acerca da violação de direitos de propriedade intelectual;

24.2. Informações, dúvidas e esclarecimentos dos casos omissos neste chamamento serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Parapuã, por meio do Departamento Municipal de Educação e Cultura,

24.3. Os casos omissos relativos a este edital serão resolvidos pela Prefeitura Municipal de Parapuã, por meio do Departamento Municipal de Educação e Cultura,

ANEXOS

ANEXO I- Ficha de Inscrição

ANEXO II- Projeto Artístico

ANEXO III- Termo de compromisso

ANEXO IV- Autorização de uso de imagem e voz

ANEXO V- Declaração étnico-racial

ANEXO VI- Declaração PCD

ANEXO VII- Formulário de apresentação de recurso – Após a seleção

ANEXO VIII- Minuta do Termo de Execução Cultural – Após a seleção

ANEXO IX- Relatório de Execução do Projeto- Após a execução

Parapuã, 09 de março de 2026

Milton Mitio Iwayama

Prefeito Municipal

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS CULTURAIS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO Á CULTURA – PNAB – LEI Nº 14.399 DE 08 DE JULHO DE 2022.

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO

ASSINALE O MÓDULO NO QUAL DESEJA DE INSCREVER:

( ) Fomento à circulação de ações artísticas culturais (Opção 1);

( ) Fomento à circulação de ações artísticas culturais (Opção 2);

( ) Fomento à produção e circulação de ações artísticas culturais;

( ) Cursos e Oficinas.

PREENCHER, NO CASO DE AGENTE CULTURAL/PROPONENTE PESSOA FÍSICA:

Nome Completo:

Nome artístico ou nome social (se houver):

RG:

CPF:

Data de nascimento:

E-mail:

Telefone:

Endereço completo:

CEP:

Cidade:

Estado:

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS (a conta deve ser vinculada ao nome do responsável pelo projeto)

Nome do Banco:

Código do Banco:

Código da Agência:

Número da Conta:

( ) Conta corrente ( )Poupança

GÊNERO:

( ) Mulher Cisgênero

( ) Homem Cisgênero

( ) Mulher Transgênero

( ) Homem Transgênero

( ) Pessoa Não Binária

( ) Não informar

QUAL O SEU GRAU DE ESCOLARIDADE?

( ) Não tenho Educação Formal

( ) Ensino Fundamental Incompleto

( ) Ensino Fundamental Completo

( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Médio Completo

( ) Curso Técnico Completo

( ) Ensino Superior Incompleto

( ) Ensino Superior Completo

( ) Pós Graduação Completo

( ) Pós-Graduação Incompleto

DESEJA BENEFICIAR-SE DAS COTAS?

( ) SIM ( ) NÃO.

SE SIM, A QUAL GRUPO PERTENCE?

( ) Pessoa Preta e Parda

( ) Pessoa Indígena

( ) Pessoa com Deficiência

DESEJA BENEFICIAR-SE DO ITEM 13.2. DO EDITAL?

( ) Sim ( ) Não

SE SIM, EM QUAL BAIRRO PRETENDE REALIZAR O SEU PROJETO?

_____

PREENCHER, NO CASO DE AGENTE CULTURAL/PROPONENTE PESSOA JURÍDICA:

Nome da Empresa:

CNPJ:

Inscrição Estadual (se houver):

Inscrição Municipal:

Endereço Completo:

CEP:

Cidade:

Estado:

Fone:

Nome do Responsável pela empresa:

RG do Responsável:

CPF do Responsável:

Fone do Responsável:

E-mail do Responsável:

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS (a conta deve ser vinculada ao CNPJ da empresa)

Nome do Banco:

Código do Banco:

Código da Agência:

Número da Conta:

( ) Conta corrente ( )Poupança

Parapuã ,_____/_____/_____

_____

Assinatura do Responsável

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS CULTURAIS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO Á CULTURA – PNAB – LEI Nº 14.399 DE 08 DE JULHO DE 2022.

ANEXO II

PROJETO ARTÍSTICO

DADOS DO PROJETO:

1-Nome do Projeto:

2- Descrição do projeto: (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Como a ideia do projeto surgiu?)

3- Relevância do Projeto: (Descreva por que seu projeto é importante, o seu impacto e o diferencial, destacando a originalidade, inovação e criatividade nas propostas das ações)

4- Plano de trabalho: (Descreva como será o desenvolvimento do projeto, as etapas, o tempo necessário para cada etapa, o início e o fim de cada etapa, etc..)

5- Público alvo e autoclassificação etária: (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas?)

6- Medidas de acessibilidade empregadas no projeto: (Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)

Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;

( ) piso tátil;

( ) rampas;

( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;

( ) corrimãos e guarda-corpos;

( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;

( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;

( ) assentos para pessoas obesas;

( ) iluminação adequada;

( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:

( ) língua Brasileira de Sinais - Libras;

( ) istema Braille;

( ) sistema de sinalização ou comunicação tátil;

( ) audiodescrição;

( ) legendas;

( ) linguagem simples;

( ) textos adaptados para leitores de tela; e

( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:

( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;

( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;

( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e

( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe neste espaço como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com os itens assinalados acima:

7- Sugestão de local onde o projeto poderá ser executado: (Informe os espaços culturais e outros ambientes, onde a sua proposta será realizada)

8- Ficha técnica:

(Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir)

Nome do profissional	Função no projeto
Ex. João da Silva	Cantor

9- Mini Currículo ou Mini portfólio: (Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas. Você poderá encaminhar o currículo em anexo, se quiser)

10- Links e/ou redes sociais que permitam a avaliação do projeto pela comissão de seleção: (Digite aqui o endereço das suas redes sociais**)**

11- Planilha orçamentária:

(Preencha a tabela informando todas as despesas, conforme modelo abaixo:

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00

12- Documentos complementares:

(Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, fotos, clipping, entre outros documentos que achar necessário).

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS CULTURAIS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO Á CULTURA – PNAB – LEI Nº 14.399 DE 08 DE JULHO DE 2022.

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, ..., RG nº ....., CPF nº....., residente no endereço ....., bairro ....., CEP....., município de ....., responsável pelo projeto..... que tem como proponente....., declaro que os participantes abaixo assinados são moradores no município de Parapuã e participarão da realização do projeto inscrito no EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS CULTURAIS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB – LEI Nº 14.399 DE 08 DE JULHO DE 2022.

Nome	RG	CPF	Endereço	Função	Assinatura
1-					
2-					

Parapuã, _____/____/____

_____

Assinatura

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS CULTURAIS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO Á CULTURA – PNAB – LEI Nº 14.399 DE 08 DE JULHO DE 2022.

ANEXO IV

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, (nome completo)_____, RG nº ..... CPF nº ....., autorizo a Prefeitura Municipal de Parapuã, por meio do Departamento de Educação e Cultura a utilizar imagens e áudio, resultante do projeto (título do projeto)_____, apresentado pelo Proponente (nome do proponente)_____ no EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS CULTURAIS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO Á CULTURA – PNAB – LEI Nº 14.399 DE 08 DE JULHO DE 2022, sem ônus à Administração Pública, isentando-a totalmente de sem cobranças sobre direitos autorais.

Por ser verdade, firmo o presente.

Parapuã, ___/____/____

_____

Nome e assinatura do proponente

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS CULTURAIS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO Á CULTURA – PNAB – LEI Nº 14.399 DE 08 DE JULHO DE 2022

ANEXO V

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, (nome completo)_____, CPF nº_____, RG nº _____, declaro para fins de participação no EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS CULTURAIS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB – LEI Nº 14.399 DE 08 DE JULHO DE 202, que sou _____(informar se é pessoa NEGRA OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Parapuã, _____/____/____

_____
Assinatura do Proponente

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS CULTURAIS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO Á CULTURA – PNAB – LEI Nº 14.399 DE 08 DE JULHO DE 2022

ANEXO VI

DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, (nome completo)_____, CPF nº_____, RG nº _____, declaro para fins de participação no EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS CULTURAIS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB – LEI Nº 14.399 DE 08 DE JULHO DE 2022, que sou pessoa com deficiência.

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Parapuã, ____/____/_____

_____
Assinatura do Proponente

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS CULTURAIS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO Á CULTURA – PNAB – LEI Nº 14.399 DE 08 DE JULHO DE 2022

ANEXO VII

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL/PROPONENTE:

CPF OU CNPJ:

NOME DO PROJETO INSCRITO:

CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,

Com base na etapa (informação se a etapa é de seleção artística ou habilitação)_____ do EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS CULTURAIS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB – LEI Nº 14.399 DE 08 DE JULHO DE 2022, venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.

Justificativa:_____
_____
_____.

Parapuã _____/_____/_____

_____

Assinatura Agente Cultural/Proponente

Nome completo:

ANEXO VIII

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL (somente para proponentes contemplados)

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº ____/_____ TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 07/2026, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICICÍPIO DE PARAPUÃ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MILTON MITIO IWAYAMA, e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº 25/2026.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE PARAPUÃ

I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações ao Departamento de Educação e Cultura,

por meio de Relatório de Execução do Objeto apresentado no prazo máximo de 30 dias após a execução do Objeto.

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Departamento de Educação e Cultura, a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do

manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.

7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:

I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:

I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;

II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;

III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução

Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.

7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - solicitar documentação complementar;

II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;

III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;

IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:

a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;

b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;

c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.

7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - extinto por decurso de prazo;

II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Monitoramento e Controle será feito por meio do Relatório de Execução do Objeto.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 meses, sem prorrogação.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de Osvaldo Cruz para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Parapuã/SP, _____/_____/_____

Pelo Município:_____

[NOME DO REPRESENTANTE]

Pelo Agente Cultural:_____

[NOME DO AGENTE CULTURAL]

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

AVISO CHAMADA PÚBLICA Nº02/2026–PROCESSO Nº25/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS ARTÍSTICOS CULTURAIS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO Á CULTURA–PNAB–LEI Nº14.399 DE 08 DE JULHO DE 2022.A Prefeitura Municipal de Parapuã/SP,em cumprimento à Lei Federal nº 14.133/21,torna público que realizará abertura de inscrição de chamada pública/processo de seleção de projetos artísticos culturais,incentivando assim o desenvolvimento da arte e cultura local,a valorização do artista residente em Parapuã,bem como o acesso da população às ações desenvolvidas pelos projetos selecionados,observando os princípios constitucionais de isonomia,legalidade,impessoalidade,moralidade,igualdade e publicidade,a partir de 17 de março a 15 de abril de 2026, de segunda a sexta,das 8h às 12h e das 13h30 às 17h,no Museu e Biblioteca Municipal–Avenida Pernambuco,nº831.Milton Mitio Iwayama–Prefeito Municipal.

.....

Extrato

EXTRATO DE CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 15/2026
PROCESSO: Nº 18/2026
CONTRATO: Nº 45/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAPUÃ.
CONTRATADA: DIOGO AUGUSTO DA SILVA OLIVEIRA 42756288888 – ME
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para Divulgação de campanhas informativas, sociais, saúde pública e demais interesses da municipalidade, em mídias sociais. Filmagens com drone e coberturas com fotos e vídeos de eventos do município, quando necessário, de acordo com o termo de referência em anexo.
Data da assinatura do contrato: 05/03/2026
Vigência do Contrato: 04/03/2027
Valor do contrato: R$24.000,00 (Vinte quatro mil reais).
Fundamento Legal: Dispensa de Licitação, consoante o disposto no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 16/2026
PROCESSO: Nº 19/2026
CONTRATO: Nº 46/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAPUÃ.
CONTRATADA: J.A NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA - ME
Objeto: Contratação de empresa especializada para Aquisição de Ração animal destinada a manutenção dos serviços da Unidade de Controle de Zoonoses de Parapuã, conforme Termo de Referência em anexo.
Data da assinatura do contrato: 05/03/2026
Vigência do Contrato: 31/12/2026
Valor do contrato: R$ 6.996,00 (Seis mil, novecentos e noventa e seis reais).
Fundamento Legal: Dispensa de Licitação, consoante o disposto no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 17/2026
PROCESSO: Nº 21/2026
CONTRATO: Nº 47/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAPUÃ.
CONTRATADA: B.B.C. FONSECA DEDETIZAÇÃO-ME
Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de dedetização e desratização de diversos Prédios Públicos do município de Parapuã, de acordo com orçamentos e termo de referência em anexo.
Data da assinatura do contrato: 09/03/2026
Vigência do Contrato: 08/03/2027
Valor do contrato: R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).
Fundamento Legal: Dispensa de Licitação, consoante o disposto no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 18/2026
PROCESSO: Nº 23/2026
CONTRATO: Nº 48/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAPUÃ.
CONTRATADA: DRACETEC PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio, contemplando inspeção, manutenção, adequação e regularização dos sistemas de segurança contra incêndio, incluindo equipamentos e dispositivos de combate e proteção, em diversos prédios públicos pertencentes a Prefeitura Municipal de Parapuã, de acordo com orçamentos e Termo de Referência em anexo.
Data da assinatura do contrato: 11/03/2026
Vigência do Contrato: 10/07/2026
Valor do contrato: R$ 22.480,34 (Vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos).
Fundamento Legal: Dispensa de Licitação, consoante o disposto no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Parapuã, 11 de março de 2026.
Gilberto Hoshino
Departamento de Licitações

.....